

O corpo como objeto da era farmacopornográfica, sob uma perspectiva de oferta de muiiraquitãs modernos, “feminismizante”, “neomasculinizante” e “decolonializante”, partindo do conceito de massa dupla de Canetti

The body as an object of the pharmacopornographic era, under a perspective offered by modern muiiraquitãs, “feminismizing”, “neomasculinidativizing” and “decolonializing”, based on Canetti’s double mass concept

Sandra Vania Jurado Vidal Torreão¹

Resumo: Tomando-se em conta a apropriação do corpo da mulher como uma forma de dominação e subjugação ao longo da história, o feminismo surgiu como uma resposta ao poder exercido pelo homem, que se fez soberano através da lei e dos processos de organização e ordenação social, sendo este corpo apreendido e manipulado através do tempo, da modernidade, da pós-modernidade, objetificado pela farmacopornografia, numa vertente, e que pode ser observada de um ponto de vista mais “feminismizado” e “decolonializado” para fincar a bandeira do objeto do presente estudo, além de “neomasculinidativizante”, em alusão aos estudos de novas masculinidades. No presente estudo, a hipótese é a verificação de se estas escolas puderam combater e desconstruir as formas de controle lançadas pelo capitalismo e, a seu turno, como terá ele que lidar com as novas corporeidades, concluindo-se que o caminho evolutivo ainda é muito truncado, lembrando-se de composições diferenciadas de sociedade como a lenda (ou não) amazônica na qual mulheres indígenas se escalonam em uma comunidade exclusivamente composta por elas, escolhendo parceiros de tribo vizinha apenas para procriação (uso específico do corpo masculino), presenteando-os com amuletos conhecidos como muiiraquitãs. Para tanto,

¹ Doutoranda em Sociologia e Direito, pela UFF. Mestre em História do Brasil. Mestranda em Administração Pública. Especialista em Direito Processual Civil, Empresarial, em Formação para a Carreira da Magistratura Estadual (EMERJ), Direito Civil (em finalização). Pós-graduanda em Direito Militar. Pós-graduanda em Advocacia Feminista e os Direitos da Mulher. Professora-tutora de EAD-CEDERJ/UFF, no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública. Membro da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da OAB/RJ - Niterói e do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência de Gênero da Comissão OAB Mulher-RJ. Ex-Assessora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Juíza Leiga do TJRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0276317353695144>. ORCID n: 0000-0002-2909-937X.

foi utilizada a revisão bibliográfica de textos clássicos da sociologia do corpo e a consulta de textos científicos que tratam das novas temáticas abordadas. **Palavras-chave:** Sociologia do corpo. Farmacopornografia. Condição feminina e dominação. Novas masculinidades. Decolonialidade.

Abstract: Taking into account the appropriation of the woman's body as a form of domination and subjugation throughout history, feminism emerged as a response to the power exercised by men, who became sovereign through law and organizational processes, and social ordering, this body being apprehended and manipulated through time, modernity, post-modernity, objectified by pharmacopornography, in one aspect, and which can be observed from a more “*feminismized*” and “*decolonialized*” point of view to establish the flag of the object of the present study, in addition to “*neomasculinidativizing*”, in allusion to studies of new masculinities. In the present study, the hypothesis is to verify whether these schools were able to combat and deconstruct the forms of control launched by capitalism and, in turn, how it will have to deal with the new “*corporeities*”, concluding that the evolutionary path is still very long. truncated, recalling differentiated compositions of society such as the Amazonian legend (or not) in which indigenous women scale in a community exclusively composed of them, choosing partners from a neighboring tribe only for procreation (specific use of the male body), presenting them with those with amulets known as “*muiraquitãs*”. For this purpose, a bibliographical review of classic texts on the sociology of the body and consultation of scientific texts that deal with the new themes addressed were used.

Keywords: Sociology of the body. Pharmacopornography. Feminine condition and domination. New masculinities. Decoloniality.

1. Introdução

Tomando-se em conta a apropriação do corpo da mulher como uma forma de dominação e subjugação ao longo da história, o feminismo surgiu como uma resposta ao poder exercido pelo homem, que se fez soberano através da lei e dos processos de organização e ordenação social. Não se trata de um processo linear, simplista, nem sumarizado ou rápido. Mas se trata da posse do corpo, do instrumento da materialização da pessoa na massa, ou nas massas, se trata do objeto de controle e de poder, e como este corpo pôde ser apreendido e manipulado através do tempo, da modernidade, da pós-modernidade, objetificado pela farmacopornografia, numa vertente, e que pode ser observada de um ponto de vista mais “*feminismizado*” e “*decolonializado*” para fincar a bandeira do objeto do presente estudo, além de “*neomasculinidativizante*”, em alusão aos estudos de novas masculinidades.

Tendo este ponto de partida, o texto está dividido no estudo do corpo humano formando as sociedades individualistas e as tradicionais, e a massa dupla, passando pela verificação das formas de controle advindas da dominação social dos corpos, primeiro da mulher, e, depois, do próprio homem, e como o feminismo, os estudos sobre as novas masculinidades e o decolonialismo puderam combater e desconstruir as formas de controle lançadas pelo capitalismo.

Como segundo tópico, o texto apresenta o estudo, sem intenção de esgotamento do tema, da era farmacopornográfica do capitalismo, e sobre as novas formas de controle que ela traz, filtradas as premissas do ponto de vista dos estudos feministas, das novas masculinidades e do decolonialismo sim, mas que, em linhas gerais, não puderam, ainda, afastar as novas formas de controle havidas pelo sistema econômico e político vigente, que, a seu turno, terá que lidar com as novas corporeidades.

2. O corpo humano formando a massa dupla e sua dominação pelo homem

O corpo é a representação primeira do ser humano no mundo em que ele se reconhece. Estranho é estar presente, em uma matéria que não se encomendou, mas ter plena capacidade de autocontrole sobre ela, de movimentos, emoções, atividades. E essa presença é notada para além do sujeito que rege o corpo, pelos outros sujeitos que com ele dividem o espaço e devem com ele se coordenar, para a formação das comunidades, no atingimento do bem comum, do interesse comum, buscando soluções para a resolução ou composição das vontades, quando antagônicas. Afinal, nos dizeres de Canetti, o homem tem medo de contato com o desconhecido e, por isso, tem a necessidade de conhecer e de classificar o que lhe é misterioso (CANETTI, 2019).

O indivíduo ignora as potencialidades de seu próprio corpo e, conseqüentemente, do corpo do outro, temendo-os, encontrando algum alento na massa, pois o medo do contato transmuda:

Quanto mais energicamente os homens se apertarem uns contra os outros, tanto mais seguros eles se sentirão de não se temerem mutuamente. Essa inversão do temor do contato é característica da massa. O alívio que nela se propaga — e do qual falaremos ainda, em outro contexto — alcança uma proporção notavelmente alta quando a massa se apresenta em sua densidade máxima. (CANETTI, 2019, p. 14)

A massa possui características importantes, e que marcam a sua evolução, como a sua vontade de crescer sempre, o senso de plena igualdade em seu interior, a sua incessante busca por densidade e a sua necessidade insaciável de direção. (CANETTI, 2019).

É papel das ciências sociais estudar estes fenômenos de comunidade (que é composta de uma massa não homogênea), depurando-os, apontando estruturas, classificações, respostas, ou, ao menos, propostas de respostas, e, na consecução desta árdua tarefa, a análise perpassa as formas de controle e de dominação, pois as constituições sociais, ao longo da história, demonstram que o controle, a dominação, o poder, a estratificação se apropriam dos corpos e, conseqüentemente, das massas por eles formadas, para que uma certa estabilização seja alcançada, dentro de certos parâmetros éticos, de costumes, de direitos, que vão se assentando concomitante e perenemente.

Neste sentido, “as sociedades humanas [...] não são regidas por um rígido determinismo biológico, [...] assim, torna-se necessário organizar um sistema de controle social capaz de harmonizar a convivência das diversas esferas de liberdade individual e regular as interações da conduta humana.” (SOARES, 2019, p. 110).

A corporeidade humana é um “fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários” (LE BRETON, 2012, p. 07). É o vetor da relação do homem com o mundo, fonte das ritualísticas, das atividades de percepção, de dor, de guerra, de sentimentos, e aproximações e

distanciamentos; é a primeira fagulha da existência individual e o equipamento das relações com os outros indivíduos, com seus símbolos, significações e experiências, variantes no tempo e no espaço.

Há uma preocupação social com o corpo, que é modulado socialmente, mesmo quando vivido “de acordo com o estilo particular do indivíduo” (LE BRETON, 2012, p. 09), possibilitando-o a experiência de ser um ator do grupo de pertencimento, sob os olhos dos seus parceiros de jornada, pouco lhe restando de natural no que diz respeito ao gesto ou como exterioriza suas sensações.

O corpo humano que forma a massa, a comunidade, tem tais particularidades que refletem na necessidade de sistemas mais complexos, com o surgimento de normas técnicas e éticas, e seu descumprimento invariavelmente é seguido de uma sanção ou um juízo de reprovação, a depender do caso. O choque dos interesses faz o traço da dominação e do poder emergir, muitas vezes sob a roupagem da manutenção da ordem e da boa convivência.

E estes sistemas fazem refletir sobre o caminho da modernidade e do capitalismo, até as atuais temáticas da farmacopornografia como sistema de dominação, da modernidade como líquida, da massa e do poder como e-massa e e-poder, do corpo como digno de proteção específica para performar para além da discussão de sexo e gênero.

Mas, antes, imperioso é tratar da socialização, que é a base da “assimilação de valores, visões de mundo e padrões comportamentais pelos agentes sociais” (SOARES, 2019, p. 131), que evoluiu da solidariedade mecânica, nas sociedades primitivas, para uma maior individualização dos atores sociais, com uma faceta mais restitutiva das normas, como, por exemplo, previsão de indenização por perdas e danos em caso de lesão a bem escolhido como de relevância jurídica, para controle social e modelagem dos comportamentos humanos (SOARES, 2019).

Possuir mais bens juridicamente relevantes ou menos, ou mesmo ter aptidões e habilidades diferentes (o que também se foca no corpo) desemboca em uma estratificação social, posto ser a igualdade absoluta um “ideal inatingível”, possibilitando “uma forma de desigualdade socialmente construída” (SOARES, 2019, p. 152). A estratificação pode ser sexual, inclusive, o que diferencia masculino e feminino, entre outras, gerando as classes sociais, e que são a consequência do amadurecimento do capitalismo nas sociedades ocidentais, e dando lugar a novas teorias de balizamento, como uma teoria nova da justiça, de John Rawls, que finca as bases para a ampliação de ações e políticas afirmativas no mundo, o que se estende ao Brasil. É uma resposta à necessidade de defesa de direitos de minorias e combate às formas de estratificação social.

O poder vigente na modernidade, o capitalismo, na ideia do progresso material da sociedade “acabou promovendo o cerceamento desintegrador da condição humana, a perda da liberdade individual, o esvaziamento ético e a formação de um sujeito egoísta, direcionado, precipuamente, ao ganho econômico” (SOARES, 2019, p. 169), trazendo patologias sociais de alienação, massificação e coisificação, colapsando o próprio sistema, que se expandiu desordenado, por conta sua própria ebulição, e correu para os seus próprios vãos em busca de respostas e novas configurações, trazendo a ideia de que se encontra mais líquido do que antes, mas tateante do que outrora.

O corpo, como sustentáculo dessa modernidade, e de sua complexidade e problemática, tem duas vias aparentemente divergentes: é a parte maldita, por ser frágil, e é a resistência, por poder ser modelado, exaltado e aprimorado (LE BRETON, 2021), podendo ser virtualmente enxergado de forma distinta do homem que ele encarna, sendo matéria rara, a mais rara na humanidade, talvez, tendo valor inestimável em vista da demanda do programa capitalista a que é submetido na modernidade, e na pós-modernidade. A crise de valores que afeta a modernidade e que faz incessante a busca por novas legimitidades traz o corpo para o lugar mais iluminado e central do palco da

individualização e da vida organizada em torno do consumo, trocando o foco da saúde (vida organizada em torno da produção) pelo da aptidão, menos sólido, na visão da modernidade líquida de Bauman (BAUMAN, 2001). E o corpo é, ainda, “o elemento de ligação da energia coletiva, e, através dele, cada homem é incluído no seio do grupo [...]; em sociedades individualistas, o corpo é o elemento que marca os limites da pessoa.” (LE BRETON, 2021, p. 30)

Tem o corpo, então, as vezes de ser uma fronteira viva de delimitação da soberania da pessoa, em sociedades individualistas, e, em sociedades tradicionais, é o elemento de presteza ao grupo, sendo, entretanto, dentro de qualquer prática social, o vórtice de cruzamento das manifestações culturais, sendo ele não só de existência natural como social.

Canetti, “um dos intelectuais europeus mais incisivos do pós-guerra”, a seu turno, na obra “Massa e Poder”, “estuda, de forma inteiramente pessoal o conceito de massa, seus deslocamentos, concentrações, ações e reações, afastando-se das ideias dominantes à época, de tal forma que os nomes de Marx e Freud são citados apenas uma vez, e numa pequena nota” (Barroso, 2011), pois parecem não dar a importância que a massa tem. A massa, nessa dualidade do corpo e dos interesses, acima tratada, pode se apresentar dividida em massas duplas, que lutam uma contra a outra, estando a durabilidade no confronto e não necessariamente na vitória, tendo como norte a assertiva de que a cultura contemporânea não valoriza o indivíduo, produzindo-o, e o fazendo desaparecer na massa ideal, já que ele é essencialmente coletivo, emergindo dessa característica o poder de dominação nas mãos de poucos, bem como as tentativas de articulação para reivindicação de melhoras no tratamento de direitos das ditas minorias sociais.

Aqui explica-se melhor a questão da massa dupla, que será o ponto necessário para a exposição das ideias seguintes. Ela pressupõe que a massa consiga se conservar com a existência de uma segunda massa com a qual ela efetivamente se relacione, em constante vigilância, “Seja porque se enfrentem e se meçam num jogo, seja porque ameacem seriamente uma à outra, o fato é

que a visão ou a vigorosa concepção de uma segunda massa não permite que a primeira se desintegre.” (CANETTI, 2019, p. 95)

A massa que significa pessoas fisicamente próximas e que agem conjuntamente como uma unidade familiar e natural, volve seu olhar para um segundo grupo, que está distante e lhe desperta curiosidade e temor, como descrito alhures, em constante tensão – enquanto o segundo grupo não dispersa, o primeiro se coloca em reunião rígida de tijolos em parede, mantendo uma massa a vivacidade da outra.

A primeira bipartição da massa que representa este movimento é a entre homens e mulheres, havendo sociedades onde os homens vão para a guerra, e as mulheres fazem danças ritualísticas de proteção, ou outras, nas quais as mulheres se isolam dos homens, guerreando contra eles, se preciso for, como nas lendas das amazonas, que, muito mais do que se restringir à antiguidade grega, perpassa a mitologia sul-americana e brasileira.

No Brasil, há indícios da existência de tribos unicamente compostas de mulheres guerreiras, o que deu origem à lenda das Icamiabas (ou Ycamiabas), sendo este cenário tão forte e presente, ainda que produto de uma visão eurocêntrica dos indígenas brasileiros, que o nome do Estado do Amazonas advém exatamente daí. Tais indígenas “altas, musculosas, de pele clara, cabelos compridos e negros, foram encontradas quando expedicionários espanhóis, liderados pelo espanhol Francisco Orellana, chegaram em 1542 à região que hoje é conhecida por Amazônia.” (LIMA, 2021)

Sem maridos, mas com a necessidade de manter a tribo, procriavam com a visita permitida, uma vez ao ano, dos homens guerreiros Guacarís; com o nascimento, os meninos eram entregues aos homens, e somente as meninas ficavam para ser criadas pelas Icamiabas. Para dar boa sorte aos parceiros temporários, as indígenas os presenteavam com os muiraquitãs, amuleto em formas de animal, geralmente feitos com minerais, como a nefrita. Os amuletos representavam, também, a intenção de que se lembrassem de sua força e poder, bem como de sua independência e autodeterminação, o que deveria ser tão

apreciado quanto temido, ao ponto da delicadeza dos banhos de lua para a procriação quanto da coragem de extirpar um seio para melhor acomodar arco e flecha, numa adaptação que se entendia por vezes necessária para aprimoramento dos dotes para guerrear. Exemplo de um corpo servindo à massa, ao grupo, à sua guarda e proteção, marcando um rito diferencial e a soberania que estas mulheres tinham e pretendiam fazer perceber e impor às outras tribos.

Logo, a massa dupla homem-mulher se retroalimenta e foi um dos recortes mais importantes da divisão social do trabalho e do capitalismo, sendo hoje o ponto nodal da discussão sobre sexo e gênero, posto que a história conhece a dominação masculina sobre o corpo, sem que muiraquitãs definidos em suas formas tenham sido apresentados em contrapartida.

A diferença fundamental entre a capacidade de fecundar do homem e da capacidade de gerar outro ser da mulher é alimentada por muitos outros detalhes estruturais socialmente construídos (LE BRETON, 2021), sendo que, da verificação de estudos etnográficos de Mead (MEAD, 2000), há uma tendência de que as diferenças físicas marquem distinções fortes de estereótipos de feminino e masculino, o que se busca hodiernamente subverter ou amenizar, sendo que

[a]s qualidades morais e físicas atribuídas ao homem ou à mulher não são inerentes a atributos corporais, mas são inerentes à significação social que lhes damos e às normas de comportamento implicadas. O feminismo através da atividade militante tornou possível a reflexão sobre certas desigualdades sociais e sobre os estereótipos de discursos e atitudes, sobre as práticas sociais que fazem da mulher [...] um ser frequentemente em exposição diante do homem e a ele subordinado. Nos anos 1970, o debate sobre a sexualidade, a contracepção, o aborto, etc., revelou os embates políticos dos quais o corpo da mulher podia ser objeto. E paralelamente, o do homem. (LE BRETON, 2021, pp. 68/69)

As mulheres foram submetidas à violência e à brutalidade “dos ataques sistemáticos e contínuos aos seus corpos nas mutilações genitais e (d)as torturas ideológicas nas suas emoções.” (SANTOS, 2003, p. 13) E o exercício, com plenitude, da cidadania feminina “é fruto de uma luta histórica pelo

direito humano de comandar seu próprio corpo no sentido bio-psicosócio-cultural.” (SANTOS, 2003, p. 59)

A dominação masculina também pode ser visualizada pelo viés da violência simbólica (BOURDIEU, 2022), através de emblemas de emudecimento da mulher, sendo este o seu muiiraquitã amorfo da modernidade, para ter o “privilégio” de viver em paz no seu ambiente privado, cuidando dos filhos e reproduzindo o sistema de classes que interessa ao capitalismo.

A construção social dos corpos parte do pensamento mais rasteiro de que a divisão entre os sexos está na ordem natural, formado numa concepção androcêntrica tida como neutra e cercada de discursos que procuram legitimá-la, como a divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2022), reservando a casa para as mulheres, mas delas se utilizando no mercado quando preciso, sobrecarregando seus papéis desde muito tempo antes de que isso fosse reconhecido como jornada dupla ou tripla, desvalorizando estes trabalhos em muitas frentes, mesmo sendo eles vitais para a manutenção do sistema capitalista.

Esta desvalorização da massa feminina no campo do trabalho, por exemplo, é, não mais que, uma reprodução do processo de reprodução natural e da construção social de que o homem, na ereção fálica e no mundo capitalista, preenche os espaços, agindo a mulher como agente inerente e totalmente fixado no sistema, mas secundarizado, gerando a ideia de que, sozinha, pouco pode ou pouco consegue, devendo, portanto, ser vigiada e orientada a todo tempo. É a parte da massa que anima a outra parte, que a deixa acordada e viva, mas que merece ser mantida sob redoma, posto que pulsante e potencialmente perigoso.

Este corpo feminino, portanto, foi coberto de moralidade, de “disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes e penteados” (BOURDIEU, 2022, p. 51), devendo este corpo sustentar as interrupções de

fala, de gestual, de performance que se lhe impõem, sendo que os movimentos que formaram o feminismo, ou os feminismos, são arrastados por indagações quanto a esta subordinação corporal (o que também retrata o ponto de partido de movimentos antirracistas e anti-homofóbicos). Esta violência simbólica, esta

[...] primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade, e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundadoras da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2022, pp. 61/62).

Margaret Mead foi uma antropóloga norte-americana que estudou, na Nova Guiné, as questões de gênero, especialmente o feminino, em meados dos anos 1930, e escreveu a obra “Sexo e Temperamento”, na qual descreve como esta relação se dava em três sociedades primitivas lá encontradas: as culturas Arapesh, Mundugumor e Tchambuli (MEAD, 2000).

Cada uma delas, Mead entrou uma realidade. Em duas delas, os homens e as mulheres não tinham temperamentos distintos; os Arapesh valorizavam um temperamento mais afetuoso e solidário, enquanto que os Mundugumor aplaudiam os que demonstravam mais agressividade e competitividade. Tanto os homens quanto as mulheres tinham acesso aos aprendizados referentes às características citadas, sem um acento na diferenciação. Foram aqueles descritos por ela como indiferentes ao sexo como força motriz, nem de homem, nem de mulher; ao passo que estes

foram identificados como positivamente sexuados; mas nenhuma das culturas citadas “tirava proveito” do contraste entre os sexos.

Já os Tchambuli apresentavam características diferenciadas em homens e mulheres: aqueles eram mais gentis, e as mulheres, a seu turno, eram mais aguerridas. A autora entendeu que havia aí uma inversão do que era retratado na sociedade de sua terra natal, com mulheres de espírito mais docilizado e homens com mais propensão à competitividade e comportamento mais combativo. Descreve os homens como emocionalmente dependentes e as mulheres como o ser mais dirigente e mais dominador.

Assim, professora que a cultura era capaz de moldar os temperamentos e as personalidades, “concluindo que não era a base biológica – o corpo, nem uma parte dele, como os hormônios – que explicaria as personalidades de homens e mulheres em diferentes culturas: o fator determinante seria o aprendizado cultural.” (ALMEIDA, 2021) Então, o que a antropóloga estadunidense nos leciona é que a diferença sexual não advém de um simples efeito natural do corpo, mas sim através de um processo de intervenções sociais e culturais que o moldam, sendo ele submetido a treinamentos diversos que consolidam essa acentuação no que se quer ver ser diferente.

O estudo através do temperamento permitiu que Mead pudesse asseverar que, “comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originariamente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo.” (MEAD, 2000, p. 23). Conclui que para o atingimento de uma cultura mais rica em valores contrastantes é necessário o reconhecimento de toda a gama de potencialidades do ser humano, com a construção de uma estrutura menos estratificada e que possibilite a cada ser humano procurar e encontrar o seu papel e lugar, com liame e pertencimento.

Enquanto este ideal ainda não for alcançado, pois, mesmo tendo transcorrido desde a pesquisa de Mead (década de 1930), mais de nove décadas, é preciso falar de gênero e considerar que não existe “a mulher” como

uma categoria universal, “mas mulheres vivendo em condições sociais variadas em termos de raça, classe social, idade/geração, orientação sexual, entre outros marcadores sociais da diferença.” (ALMEIDA, 2021)

As mulheres foram condicionadas a aprender e exercer as virtudes negativas, para o que se deseja retratar, da abnegação, da resignação e do silêncio, mas os homens também se tornam prisioneiros da “representação dominante” (BORDIEU, 2022, p. 86), pois deve afirmar e reafirmar, de forma incansável e sem questionamentos, a sua virilidade, o que acaba por se tornar uma carga, um fardo, que, na ideia da massa dupla de Canetti, acaba por enfraquecer, na contramão do controle, as duas massas, passadas e repassadas pela dupla leitura social dos corpos, o que pode ser espelhado nos dias atuais com o pacto narcísico da branquitude do mundo corporativo, que exige do homem branco a direção forte e sem erros das empresas, em linhas bem gerais. (BENTO, 2022)

As mais eficazes saídas para estabilização do sistema é o enfrentamento das questões que o feminismo traz a público, bem como a extensão e aprofundamento dos estudos das novas masculinidades, que são, ao fim e ao cabo, uma consequência do feminismo, pois

[s]er homem é estar numa posição que implica poder. A cultura da violação, mostra vergonhosa da construção de identidades masculinas, constituída historicamente pelo controle, violência, competitividade e força, agora se depara como uma nova sociedade. As mulheres deixaram de ser “objetos” e se tornaram indivíduos independentes. Nas manifestações violentas, o homem considera a mulher sua possessão e necessita demonstrar constantemente a sua virilidade. Esta seria a explicação à violência machista que aumenta em ritmos galopantes, inclusive em países desenvolvidos. (LEONE, 2019).

Neste ponto, os escambos baseados no reinado do lar e na paz do espaço privado, e a entrega de muiraquitãs amorfos que pudessem enlaçar a massa dupla, de Canetti, em tentativa de continuação da justificativa de subordinação e controle não se apresentam mais suficientes.

3. A dominação do corpo pela farmacopornografia em perspectiva “feminismizante”, “neomasculinidativizante” e “deocolonizante”

Na formação do Feminismo, dois importantes eventos históricos são de citação obrigatória: o Iluminismo e as revoluções norte-americanas e francesa. E são identificadas basicamente três “ondas”, podendo se falar em uma quarta, na segunda década do Século XXI.

A primeira é representada por mulheres brancas, de classe média, com acesso à educação que exigiam direito ao voto, e vai até, mais ou menos, 1920. A segunda floresceu nos anos 1960, e visava à diminuição de desigualdades, após a Segunda Guerra Mundial, relacionadas a trabalho, à família, à democratização do tratamento de questões sexuais, se identificando com o “Movimento de Libertação das Mulheres”. A terceira onda, a seu turno, após um enfraquecimento das questões por conta do conservadorismo e sectarismo, surge com o feminismo negro e suas particularidades (MANGAN, 2019), como um exemplo de mulheres e feminismos plurais.

Já Judith Butler, que é uma filósofa feminista contemporânea, responsável, sobretudo, por um desdobramento do conceito de gênero, dos anos 1990, inserido na “teoria queer”, que ultrapassa os gêneros – *transgendering* -, questiona a normatividade heterossexual e o falocentrismo ressaltando “o aspecto socialmente contingente e transformável dos corpos e da sexualidade - gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais.” (SCAVONE, 2008)

Acabou ela por romper com a distinção dicotômica sexo (biológico)/gênero (social), ponderando que “mulher” não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, o mesmo ocorrendo com o homem e os corpos masculinos, concluindo que os corpos sexuais podem dar ensejo a

uma gama de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais. (BUTLER, 2018, p. 12)

Nesse passo, o pensamento que Butler tem sobre gênero, pensando a performatividade que esse apresenta e seu potencial subversivo, traz uma proposta de mudança radical da estrutura opressora, que deve ser direcionada de dentro para fora. Afirma a escritora que o gênero, como criação social, é performativo, ou seja, constitui-se de atos, imagens, formulações que consolidam uma determinada percepção social sobre ele mesmo: ser homem ou ser mulher é representar em um cenário performativo as características atribuídas ou à masculinidade ou à feminilidade.

Butler, então, nos apresenta o que é considerado como pós-feminismo, que seria a superação do discurso feminista tradicional que reproduz de certa forma a lógica heteronormativa, sugerindo a dita subversão das categorias tradicionais de gênero e “uma revisão da cadeia lógica que considera um comportamento legítimo quando equaliza sexo (macho-fêmea) – gênero (masc. – fem.) – desejo (heterossexual) – prática (heterossexual)” (SILVA, 2013). Dessa forma, as suas propostas são pautadas no desconstrutivismo e no pós-estruturalismo (BURCKHART, 2017), e o conceito de mulher, objeto do feminismo, é pluralizado, nos anos 1990, e afinado com a teoria queer, que procura desestabilizar as categorias da identidade fixa, posto que limitadoras.

Relevante se pensar que o feminismo não tem um início, um meio ou um fim, pois as demandas ainda estão em pauta, mudando-se apenas a época e os anseios, sendo que mais modernamente se deve tratar de proteção contra violência doméstica, por exemplo, não havendo se concluir ser mais cabível um feminismo radical transexcludente ou um lesbianismo político como identidade política, pois, umas, menos, e outras, mais, viveram algum tipo de impasse por conta de uma vulnerabilidade inerente ao gênero feminino, pois as ideias de costumes e status antigos ainda apresenta nuances muito fortes.

Também não se pode mais avançar sobre as lentes da heterossexualidade compulsória (Adrienne Rich, com citação fundamental em

1980), pois é ela a garantia da perpetuação do patriarcado, nem do feminismo negro empobrecido ou da ausência de respeito aos direitos humanos dos casamentos muçulmanos forçados (embora haja um componente religioso que complexifica a questão).

O feminismo negro em si é assunto bastante denso - é exemplo da mulher plural e do feminismo plural que foram tratados na primeira fase do trabalho -, é bandeira no sentido de que “Mulheres negras não são animais raros para ser consideradas exóticas. Somos, aliás, a maioria das mulheres no Brasil. Referir-se a um grupo dessa forma é se colocar como superior. [...] Trate os negros e as negras com naturalidade, e não com condescendência.” (RIBEIRO, 2018)

O feminismo afro-latino-americano (GONZALES, 2020) é dito assim pois a questão do racismo é basicamente uníssona na América Latina, sendo certo que o sexismo e o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação, e o feminismo por estas nossas bandas não se pode olvidar de tal fato, até mesmo porque as sociedades latino-americanas foram estruturadas de maneira irremediavelmente hierarquizada, com muitas camadas sociais diferentes e complementares, nas palavras de Lélia Gonzalez, sendo herdeiras históricas das ideologias da classificação social – racial e sexual.

A mulher, hoje, precisa se colocar no contexto do pós-estruturalismo, e aproveitar a oportunidade de falar – sendo “mulher” um conceito plural, cabe a ela falar sobre as suas questões diárias, de acordo com essa ou aquela necessidade que se apresente, e que se apresentam de formas e extensões diversas para mulheres diferentes. O que se deve proteger é o conteúdo desse falar, para que não se inicie uma banalização desse flash atual – o feminismo como produto - que está sobre seus ombros, produzindo um sem-fim de leis e criando jurisprudência protecionista em nível de desrespeito à igualdade material e formal, originando, como um todo, a legislação álibi.

Pondera-se (MURARO, 1983) que os movimentos feministas organizados no Brasil tiveram o patrocínio direto das Nações Unidas², e, em 1975, foi fundado o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Paulista, inaugurando a dicotomia do feminismo/lutas gerais no país, que, segundo ela, estaria aberto até os dias atuais.

Nos anos 60-70 houve a disseminação de “grupos de reflexão”, de conscientização das questões relativas às mulheres, com leituras de Friedrich Engels, Simone de Beauvoir (“não se nasce mulher, torna-se mulher”), Betty Friedan (polêmica em torno do mito da heroína doméstica) e Kate Millet (sexo como categoria política legítima) (HOLLANDA, 2019). As pesquisadoras feministas do Brasil, no contraponto dos estudos internacionais, privilegiaram uma pauta mais afinada com o discurso de esquerda, o que teria sido a fase do “feminismo bem comportado”. Outras advogam no sentido de que o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil.

Acompanhando a terceira onda, 1990-2000, no Brasil ressalta-se o ativismo jovem na internet e nas ruas, e também academicamente, coadunado com o senso de “lugar de fala” e de autorrepresentação dos segmentos feministas. O Brasil está no rumo de um feminismo decolonial, onde se pode falar de direitos humanos de concepção amefricana (HOLLANDA, 2020), no qual se transforma uma crítica da opressão de gênero em uma mudança que

²A busca pela libertação do corpo enclausurado é a consequência lógica do próprio aprisionamento. E a construção dos direitos, tijolo a tijolo, é a forma de procurar modificar o estado bestial dedicado pelas leis à mulher. Foi na Revolução Francesa, no século XVIII, que as mulheres começaram a ser vistas como “sujeitos” para o Direito, e o inegável marco do processo de proteção internacional dos direitos humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948. Animado por estes propósitos relidos, no panorama dos direitos humanos, que são naturalmente internacionais, começou-se a construção dos direitos humanos femininos, pois, já em 1979, foi adotada pela Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, motivada pela existência de atos discriminatórios contra a mulher. Outro documento importante é a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará), que data de 1994, pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em decorrência do quadro de grande violência contra as mulheres existente na América.

envolve entendimento histórico, humano, subjetivo/intersubjetivo dessa relação, cabendo a análise da contrassexualidade, “crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas.”

E, mais recentemente, o feminismo no Brasil foi resumido (BLAY, 2021) como detentor de “movimento feminista para romper o poder machista sobre o corpo das mulheres especialmente no campo dos direitos reprodutivos. O exemplo mais sensível deste poder misógino e patriarcal pode ser visto na ação da Câmara, do Senado e do Executivo. Uma composição majoritariamente masculina somada a um grupo de parlamentares mulheres conservadoras [...]”

Aponta-se que, em verdade o momento é de luta por mais mulheres chefiando empresas sem que o capitalismo seja propriamente desafiado, o que se aplica à política atual do Brasil, onde há predominância de líderes masculinos, brancos e proprietários (BIROLI, 2018), o que não ocorre sem embate dentro da própria teoria feminista. Além disso, aponta Biroli que há um neoconservadorismo na América Latina, que se caracteriza por “uma maquinaria legal conservadora, composta por hierarquias católicas e evangélicas, advogados confessionais e políticos cristãos”, que utilizam, ainda, argumentos de defesa da vida, da família e da liberdade religiosa como valores universais para espriar o ativismo neoconservador, ficando o Direito como arena.

Já os estudos sobre as novas masculinidades apontam que a hegemonia masculina que se fez presente no contexto social familiar contemporâneo viu ocorrer mudanças na entrada do homem na vida privada, no caminho inverso da evolução da entrada da mulher na vida pública (Cunha, 2017). O homem, agora, não é mais o sujeito precipuamente ativo da história, desempenhando cada vez mais os papéis familiares e do cuidado com o outro. Seu corpo está

servindo à afetividade, que antes era unissonamente um campo feminino, no embate da massa dupla descrito por Canetti.

As ditas novas masculinidades são construídas sobre a ideia de que o construir um homem também é coletivo e público, e, assim, elas são criadas por todos, numa tentativa de dissipação do patriarcado.

O papel do homem é repensado tanto do ponto de vista do trabalho e da conjugação com o duplo emprego do casal, quanto do da articulação do trabalho-família, passando pelas conjugalidades masculinas cotidianas e a questão da paternidade. Os homens, hoje,

[...] procuram afastar-se das velhas figuras de marido e de pai distante, ausente e autoritário. A figura do “chefe de família” [...] encontra-se posta em causa de modo muito evidente. O distanciamento, em muitos dos casos, face aos modelos de socialização herdados em que o “pai” representava a autoridade e a disciplina, constitui um elemento discursivo comum aos homens entrevistados. Em contrapartida, a linguagem da afetividade, do companheirismo, de uma paternidade próxima e intimista substituem os antigos códigos, hoje conotados com um passado que não se quer nem reproduzir, nem transmitir aos filhos. A igualdade passou a ser uma norma presente nos discursos, ganhando um peso significativo [...]. Grande parte dos homens entrevistados, em todos os meios sociais, subscrevem a ideia de que igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é desejável e deve ser ampliada e promovida. O “machismo” e o “autoritarismo” constituem categorias discursivas criticáveis e descartadas por grande parte dos homens. Pelo contrário, parece ser importante elaborar um auto-retrato associado à modernidade, à igualdade, à figura de um marido e pai presente e apoiante. Ainda que, como se demonstrou nas Partes I e II do livro, as mulheres continuem a arcar mais com as tarefas domésticas e os cuidados aos filhos em muitas famílias, as marcas da passagem de um modelo de ganha-pão masculino para um de duplo emprego conjugal não deixa incólume os “lugares masculinos”. Apesar de os discursos e os valores andarem um passo à frente das práticas efectivas, a verdade é que, hoje em dia, é muito pouco frequente assumir posições declaradamente conservadoras no que toca ao tradicional poder masculino sobre as mulheres e os filhos. Os movimentos de sentimentalização e familiarização da masculinidade não podem, assim, ser relegados para um segundo plano da análise, não obstante a permanência de desigualdades entre homens e mulheres. (WALL, 2010)

Numa linha bourdesiana, aponta-se que o poder social que foi dado aos homens teve uma dupla face, posto que fonte de privilégios e poderes individuais, mas também fonte de sofrimentos, dores e processos de alienação

que, talvez, venham a ser ressignificados com a maior entrada dos homens nos espaços privados, relativamente novos para eles.

Não deixa de ser um controle de seus corpos este distanciamento tão fixo dos homens dos espaços privados, de modo a servir ao capitalismo e à divisão sexual do trabalho.

Neste sentido, tem-se a “colonialidade que envolve as relações de poder que emergem do contexto da colonização europeia e tem associado dominação/subordinação, bem como colonizador/ colonizado, não obstante o término do tempo histórico do regime político colonial” (CAETANO, 2016, p. 131). Foram submetidas a este regime a América Latina, a África e a Ásia, sendo certo que ainda sofrem os efeitos da colonialidade em muitos aspectos das vidas de seus cidadãos, como, por exemplo, a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Na colonialidade do poder estão inseridos o “controle da economia, da autoridade, da natureza e seus recursos naturais, do gênero e suas performances, da sexualidade e seus desejos, do conhecimento e suas verdades e, sobretudo, dos modos que produzem subjetividades.” (CAETANO, 2016, p. 131). Já a colonialidade do saber coloca “o problema da ‘invenção do outro’ a partir de uma perspectiva geopolítica de produção do conhecimento e à colonialidade do ser que admite uma proto-história da humanidade a partir da invenção e dominação de outrem.” (CAETANO, 2016, p. 131)

Nessa perspectiva, a forma de pensar do colonizador deixou marcas até hoje no pensamento dos colonizados, impregnando os modos de sentir, viver e agir de seus sujeitos, com “a lógica de naturalizar os matizes de gênero, de raça e de sexualidade, codificando suas dimensões subjetivas e culturais a partir de referenciais hegemônicos do Sujeito (pretensamente) Universal: masculino, branco, proprietário, judaico-cristão e heterossexual.” (CAETANO, 2016, p. 131)

Assim, é com base nessa fonte rígida que as performances das masculinidades em territórios colonizados, sejam elas com seu oposto direto e

simples, os femininos, ou no interior da própria masculinidade, com o auxílio também dos atravessamentos propostos pela teoria queer, podem ser lidas, pela ótica decolonial, como sendo passível de desconstrução/reconstrução, posto que ainda muito embebecidas estão da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, com uma marcada subalternização do homem negro frente ao homem branco, e de quem se exige muitas outras atitudes que marquem seu espaço como o negro forte e inabalável, ainda com foco na ideia de que seu corpo é uma máquina de trabalho e de sexo, seguido do fardo do mito do falo infalível.

Destaca-se, a partir desse roteiro, que as sociedades objeto dos estudos decoloniais são, até os dias atuais, altamente racializadas e generificadas, e atravessadas por várias violências simbólicas e desumanizantes.

Após as duas abordagens, tanto do feminismo, quando das novas masculinidades, com têm impacto na decolonialidade, o que se deve considerar é que o sistema capitalista, no controle dos corpos para sua sustentação, com distribuição de muiquitãs ilusórios, se vale da massa dupla de Canetti num outro contexto hodierno: o da farmacopornografia, que, se levados em consideração todos os aspectos dos estudos decoloniais, será em territórios colonizados mais um capítulo da série dominação de suas economias e dos corpos de seus cidadãos.

Hoje, o corpo, tanto do homem quanto da mulher, está a serviço de uma modernidade que permite encontrá-lo instantaneamente, através da tecnologia, onde quer que esteja, rastreado que é pelas próprias pegadas que o ser humano deixa nas redes sociais, nos aplicativos e na internet como um todo. Também está o corpo, consumidor, submetido à publicidade incansável de produtos e procedimentos estéticos e demais terapias corporais, além de sofrer com a imposição de rotinas de autocuidados angustiantes, por vezes, bem como com a possibilidade de ser separado em peças avulsas (transplantes etc.), servir para gestação de embriões de outrem e ser clonado (LE BRETON, 2012).

Sem citar que o corpo, ainda, passou por tentativas históricas de imposição de eugenia e pela criminalização de parafilias em geral, como se pudesse ser limpo e polido um tipo de corpo, e tirado das vitrines e das prateleiras, outros (o que toca essencialmente às discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos). Após a Segunda Guerra Mundial,

[...] o contexto político da produção tecnopolítica do corpo parece dominado por uma série de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, internet, videogame etc.) que infiltram e penetração como nunca a vida cotidiana. Trata-se de tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. Esta é a era das tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas, “incorporadas”. (PRECIADO, 2018)

O corpo é a própria mercadoria no sistema econômico atual, causando espécie o nível de sua objetificação, sendo ele o próprio muiraquitã moderno em si, que deve ser perfeito e vendível, um ciborgue-muiraquitã, dentro do que preleciona Donna Haraway, pois o ciborgue é a criatura formada pela fusão entre máquina e organismo, misturando realidade social e ficção, e não constituindo um corpo sólido, integrado por componentes definidos, sendo uma rica metáfora da nova política do mundo, que está marcado indelevelmente pelo binômio ciência e tecnologia, sendo que as fronteiras entre humano e animal, organismo e máquina, bem como entre físico e não físico mostram-se totalmente fluidas.

Logo, não há mais escambos para a produção e a comercialização, nem entrega de amuletos que tragam sorte ao ser humano após o sexo para procriar; apenas o corpo está sob o holofote das negociações, ele mesmo, separado do ser humano, ainda que produto de feminismos decoloniais ou dos estudos de novas masculinidades decoloniais.

Por isso se diz no título deste tópico que o corpo hoje está a se prestar para o sistema da farmacopornografia separado do seu habitante, com valor de compra e venda, sob todas as perspectivas tratadas, sejam “feminismizantes”, “decolonizantes” e “neomasculinidativizantes”

(processos ainda não finalizados). Talvez a massa dupla que se revele agora seja a do corpo com o seu habitante, sua parte máquina com sua parte organismo. Está a humanidade a merecer, na negociação de balcão de seu corpo, o pagamento com muiiraquitãs padronizados, não criativos e não replicadores de desejos de boa sorte e boa fortuna.

A farmacopornografia, segundo Preciado, neste contexto, enfatiza esta condição do corpo, dentro da era da e-massa e do e-poder/biopoder, dentro da análise das ponderações de Canetti trazidas para esta realidade. Tem-se que a farmacopornografia advém da visão do autor de que, seguindo a intuição de Michel Foucault, Monique Wittig e Judith Butler, uma das formas dominantes desta ação biopolítica indicada, que emerge com o capitalismo disciplinar, é traduzida como sexopolítica:

O sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização; a *sexualidade* e as formas de prazer normais e patológicas; e a raça, em sua pureza ou degeneração, são três ficções somáticas poderosas que obcecaram o mundo ocidental desde o século XVIII, chegando a definir o escopo de toda atividade teórica, científica e política contemporânea. São ficções porque sua existência depende do que Judith Butler denominou de repetição performativa de processos de construção política. [...] O sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. (PRECIADO, 2018)

O corpo é, dessarte, a grande ficção política encarnada, até mesmo pela adoção da teoria dos dildos de Preciado, sendo uma metáfora do gênero como tecnologia, que figura como satélite do contrato social heterocentrado, que antevê um futuro “para os filhos”, e, portanto, ratifica a diferenciação dos sexos, pressupondo a heterossexualidade e a reprodução. De outra forma, o corpo moderno é dependente de próteses e apto a sofrer despossessão e desnaturalização dos usos e sentidos, após ter sido cartografado no Século XIX.

Ou seja, outros usos corporais foram imaginados, como narrado no Manifesto Contrassexual, de Preciado, mas tal fato não significa que o uso

heterocentrado é desafiado, quando estes usos, em verdade, seguem tangenciais, mas focados em demonstrar que o gênero (e o sexo) deve ser libertado do conjunto de verdades violentas que o instituem como natureza ou como construção social mesmo, pois nasce já construído o que é antinatural ou socialmente reprimível, na contrapartida, diminuindo a extensão da temática, que deve, ao contrário, ser ampliada e debatida. (VIEIRA, 2022)

A era farmacopornográfica é, então, aquela na qual se aceita que todo corpo é artificial e construído, de alguma forma, e que não só, a partir dos anos 1970, o discurso médico, o discurso jurídico e as instituições de reclusão que irão produzir identidade, mas também, as substâncias químicas e os hormônios, a televisão, a pornografia e a mídia, bem como todos os discursos que sustentam aparatos para novas formas de ser e de existir.

As técnicas de controle do corpo não são mais só as externas, pois, a partir dos anos 1950, com a aplicação dos hormônios, o aspecto fármaco, que traduz a biopolítica, não vai dizer respeito somente ao direito individual à vida ou à vida das multidões, mas vai incidir sobre cada uma das moléculas do corpo, como próteses bioquímicas que permitirão o funcionamento dos corpos, que consomem as moléculas de gestão do sono, do prazer, da libido, da concentração, como verdadeiras próteses acopladas, já não sendo necessário o hospital, o quartel ou a prisão, pois o próprio corpo é o território de vigilância, maculado com uma cadeia de signos culturais e com uma metáfora política que comporta uma definição performativa de construção de gênero e da sexualidade.

Os signos culturais podem transformar a pessoa em depressiva, estéril, sendo certo que os hormônios carregam grande signo cultural de definição do feminino e até de síncope atreladas às mulheres, não se tratando, aqui, de abandono, mas de verdadeiro reforço de papéis definidos com uma visão muito mais estreita de mundo. (VIEIRA, 2022)

A pornografia aparece como uma nova cultura de massas e um levante de produção do capital, caracterizando o capitalismo neoliberal ou realismo

capitalista, ou mesmo a modernidade líquida e a sociedade do vazio, mas que, para Preciado, é a era farmacopornográfica do capitalismo, sucedendo o capitalismo fordista, distinguindo-se pela capacidade de se sentir prazer, passando do horror à comédia, da frustração à excitação numa rede interminável de fluxos, colocando o corpo num patamar de experimentação de muitas sensações, mas não necessariamente abarcará todas as novas corporalidades que podem surgir destas práticas plurais.

De se pensar também se o sistema trará novas formas de dominação das novas corporalidades, porque o que se vê, historicamente é que as conquistas dos fármacos trazem algum outro grau de controle e dominação, como ocorre com as pílulas contraceptivas, que fazem que a vida da mulher em ambiente de trabalho, em idade ativa estendida, possa ser vivida sem intercorrências de gravidez, que é adiada para idades cada vez mais superiores, separando, pela primeira vez, a heterossexualidade da reprodução – são as moléculas farmacêuticas mais utilizadas na história da humanidade. Já a pornografia representa, a partir da década de 1950, controle no sentido de ser um espaço de pedagogia sexual, ensinando o que fazer com o próprio corpo dentro dos espaços privados, auxiliando na formação de subjetividades e na exploração de modelos de negócios baseados no prazer, na felicidade, na satisfação, não somente levando em conta o elemento erótico, mas o elemento desejo, sobretudo, ligado, invariavelmente, ao corpo.

O capitalismo farmacopornográfico revela, ainda, o limite tênue entre o humano e o inumado, indo ao encontro ao pensamento de Donna Haraway sobre a dicotomia entre natural/cultural, artificial/verdadeiro, no sentido de que ela não funciona mais para se descrever este corpo que passa velozmente pelos estágios de frustração/excitação, um sem número de vezes ao dia e que, hodiernamente, é capaz de produzir um mundo de acrílico e poliéster à sua imagem e semelhança (VIEIRA, 2022), onde as tecnologias circulam muito rapidamente, superando a mundanidade do corpo e deixando o capitalismo transnacional e cognitivo, dependendo a economia mundial da venda de

Viagra, tecnosangue, tecnoesperma, esteroides, que dependem da distribuição dos psicotrópicos legais ou ilegais e da própria pornografia, levantando o capital sexual, que é altamente lucrativo e embaixador do capitalismo moderno, com abertura de grandes farmácias-shoppings.

A indústria farmacêutica e a gestão molecular da vida são um modelo de negócios a ser observada e seguida por outros setores do capitalismo, tal como o fordismo foi implantado nas escolas, no auge das indústrias automobilísticas. Logo, a gestão das moléculas e o biopoder passam por um grande caminho psicológico, podendo se falar, inclusive, em uma psicofarmacopornografia como modelo de negócios de gestão (da subjetividade sexual) e produção de desejos rentáveis, de consumação e satisfação rápidas, no capitalismo biopolítico que controla os corpos dentro do narcoafeto, sendo esta uma forma de dominação que quase transpassa discussões de sexo e de gênero, inclusive, produzindo uma busca incessante de excitação.

E, aqui, a massa dupla de Canetti é animada pelas figuras do regime heterocentrado, com as outras figuras reconhecidas como “minorias”, dos atores heterossexuais e dos homossexuais, sendo o corpo não pertencente a nenhum dos regimes, nem ao feminismo, nem à teoria queer, nem aos estudos de novas masculinidades, nem mesmo ao decolonialismo – será? – devendo buscar-se limites e novas formas de realização deste novo sistema capitalista focado em vender muiquitãs perfeitos, de si para si, ainda que se aceite que o corpo humano jamais foi e nem nunca será puramente natural, nem mais passível de classificações simples e binárias lastreadas em sexo e gênero.

A massa não será mais dupla, e terá que ser traduzida em massa plural, e os muiquitãs poderão, talvez, ser produzidos e distribuídos livremente, após um coito sob a lua, sem maiores pretensões, podendo ser excluída, sobretudo, a reprodutiva. Os muiquitãs poderão ter formatos vários, incluindo materializações de leituras individualistas sobre o que deve ser oferecido como amuleto de sorte e de gratidão pelo uso do corpo de outrem, mas já sofrem com certa robotização, pois, ao invés de representarem animais,

algo que agrada e faz parte do universo de quem o produz e presenteia, passará a ter feições humanas, pela necessidade de se marcar a presença de um corpo que tolera ser negociado, mas não tolera a morte e o esquecimento.

4. Conclusão

Partiu-se do estudo do corpo enclausurado para se entender a dinâmica da prisão do corpo feminino, e quanto de apagamento de direitos isso envolveu, da prisão do homem em antigas masculinidades, e a prisão do cidadão de território colonizado, que encara todas as questões que lhe limitam, com escopo em sobrevivência.

Com base em perspectivas “feminismizantes”, “neomasculinizantes” e “decolonizantes”, vislumbrou-se que a era farmacopornográfica do capitalismo traz novas formas de controle sobre os corpos, que não mais correspondem à classificação da massa com dupla – nosso ponto de partida – mas correspondem a corpos que são o produto do capitalismo em si, com a busca incessante de juventude, beleza, harmonia, consumo e satisfação, mesmo com o uso exagerado de próteses e fármacos, que podem esconder o grande abismo aberto na sociedade do vazio ou da modernidade líquida, gerando sensações de preenchimento baseadas no narcoafeto.

Quando se citou a prática das indígenas conhecidas como Icamiabas, que somente autorizavam a aproximação de outras tribos compostas de homens – elas faziam parte de uma comunidade formada somente por mulheres – uma vez ao ano, para procriação, e, como reconhecimento/agradecimento, ofereciam aos seus parceiros temporários um amuleto conhecido como muiiraquitã, para que a boa sorte os seguisse, pinçou-se este amuleto como uma metáfora, transformada ao longo do texto, de trocas perigosas da liberdade do corpo e de controle pelo sistema econômico e político vigente, passando o próprio homem, despossuído de seu corpo, o próprio

muiraquitã, com altas expectativas suas e do grupo de perfeição e alto desempenho do corpo, do desejo satisfeito velozmente pela tecnologia e da não demora em locais de vazios afetivos, com uma certa obrigação à felicidade em tempo integral, baseada no consumo, que não deixa nada faltar ao indivíduo, que não tem mais tempo para moldar-se ciborgue-muiraquitã segundo um desejo genuíno de sua individualidade.

O fordismo, setorizante das atividades, foi substituído por uma setorização do próprio corpo, não se enxergando mais a massa dupla residindo na generificação homem/mulher, ou mesmo na etarização do novo/idoso, mas na dicotomia do mais ciborgue/menos ciborgue, do mais e menos consumista, do mais e menos fugazmente satisfeito, permanecendo o corpo controlado pela ânsia da excitação/frustração recorrente, em looping, o que é de interesse, ainda, do modelo capitalista vigente, que explorou as tecnologias e o burnout humano, resultante destas demandas de alta competitividade ou alta responsabilidade modernas, permeadas de remédios para fornecer energia (excitação) e para dormir (o ato de dormir acaba sendo frustrante, tamanha é a carga de informações a serem “curtidas” no estado de excitação, que se pretende fixo).

Referências

- ALMEIDA, Heloisa Buarque. **Gênero**. Blog Mulheres na Filosofia. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/genero/>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- BARROSO, Ivo. **A leitura agressiva de Canetti**. Blog Gaveta do Ivo. Publicado em: 28 jan. 2011. Disponível em: <https://gavetadoivo.wordpress.com/2011/01/28/a-leitura-agressiva-de-canetti/>. Acesso em: 01 set. 22.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECK, Koa. **Feminismo Branco das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- BIROLI, Flávia; *et al.* **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, Flávia; *et al.* **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; *et al.* **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.
- BLAY, Eva Alterman. **Pode o feminismo escapar ao colonialismo?**. Publicado em 07 jul 21. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/pode-o-feminismo-escapar-ao-colonialismo/>. Acesso em: 07 set. 2021.
- BURCKHART, T. R. Gênero, dominação masculina e feminismo: por uma teoria feminista do Direito. **Revista Direito Em Debate**, 26(47), 2017, p. 205–224. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.47.205-224>. Acesso em: 05 dez. 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; GOULART, Treyce Ellen Silva. Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 25, n. 45, p. 127-143, jan./abr. 2016.
- CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Guia de Bolso contra Mentiras Feministas**. São Paulo: Vide Editorial, 2021.
- CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: perversão e subversão**. São Paulo: Vide Editorial, 2019.
- CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019 [1960].
- CUNHA, Thiago Defanti Werneck. **Novas masculinidades no contexto social familiar**. Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades – 10 anos. Universidade do Estado da Bahia, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA32_ID829_18062017192830.pdf. Acesso em: 28 ago. 22.
- DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. **Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- FARIAS, Maria de Lourdes Mazza de. **Nem Rosa, nem Azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato**. Tese apresentada no Curso de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1998. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_69925f0c43d0fa0e54b9aacdb366c014. Acesso em: 31 ago. 2021.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FINCHER, Leta Hong. **Enfrentando o Dragão**. O despertar do feminismo na China. São Paulo: Matrix, 2019.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do Feminismo**. Claridade: São Paulo, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, Donna J. A Cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**, New York, Routledge, 1991 (Trad. Bras. Tomaz Tadeu. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari & TADEU, Tomaz, *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009, 2ª ed.)
- HIRATA, Helena; et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje**: atualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

JURADO, Sandra Vania. A declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e a Luta pela emancipação feminina no Brasil do início da Primeira República: Ecos. *In*: ALMEIDA, Marcelo Pereira de; *et al.* **Anais do I Seminário Interinstitucional e Internacional para a Efetivação dos Direitos Humanos na Contemporaneidade**. Petrópolis: UCP, 2019. V. 1. p. 75-79. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16qJgHgZ9wdSDyDwmhHr_hQLVXtoBEvAm/view?fbclid=IwAR1NxDe4fVP9ItZ1oQSZTQ5dScOj5o5OjrbOus7by-izavzbiiDCYfjmZIs.

JURADO, Sandra Vania. A pandemia escondida – o aumento da violência doméstica contra a mulher em tempos de pandemia da Covid-19. *In*: RACHED, Gabriel; FARIAS, Eduardo Helfer de. **Diálogos Institucionais e Políticas de Enfrentamento da Crise – Crise Pandêmica em âmbito global e Políticas Multilaterais**. Rio de Janeiro: Gramma Editora; 2021, p. 234-247. Disponível em: http://gpeia.sites.uff.br/lives-gpeia-2021/?customize_changeset_uid=76e912f7-3b98-49e2-846a-0e1b71ad9b7f&customize_autosaved=on. Acesso em: 07 jun. 2021.

JURADO, Sandra Vania. Aspectos relevantes da Medicina Estética tratados pelos tribunais no Brasil. *In*: JURADO, Sonia Regina. **Medicina, Saúde e Estética**. Olinda: Livro Rápido, 2017, p. 12-44.

JURADO, Sandra Vania. Da “Bruxa” Política à sub-representação feminina no comando da Nação: um problema de democracia, não de mulheres. *In*: MADEIRA FILHO, Wilson; CHAVES, Luiza Alves. **Humanidades, Políticas Públicas e Desigualdades**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 166-185.

JURADO, Sandra Vania. **Entre telas manchadas e imaculadas**: a lei do divórcio na Primeira República e a luta pela cidadania feminina. Série Perspectiva Acadêmica. Salvador: Saga Editora, 2019.

LE BRETON, David. **Antropologia do Corpo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

LE BRETON, David. **Sociologia do Corpo**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

LEONE, Igor. **As novas masculinidades**. Matéria veiculada no jornal virtual Carta Capital. Publicado em 12 mar. 19. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/novas-masculinidades/>. Acesso em: 31 ago. 22.

LIMA, Isabelle. **Conheça a história das Icamiabas, as guerreiras Amazonas**. Publicado, com atualização, em: 26 out. 2021. Portal Amazônia. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/guerreiras-amazonas-conheca-a-historia-das-icamiabas#:~:text=Na%20lenda%2C%20as%20icamiabas%20eram,hoje%20C3%A9%20conhecida%20por%20Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 28 jul. 22.

MANGAN, Lucy. **O Livro do Feminismo**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2005.

MONTEBELLO, Mariana. A Proteção Internacional aos Direitos da Mulher. **Revista da EMERJ**, v.3, n.11. Rio de Janeiro, 2000.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. *In*: DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das desigualdades**: os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRIORE, Mary del. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

PRIORE, Mary del. **Sobreviventes e Guerreiras**. Uma breve história das mulheres no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RAMOS, Carlos Roberto. Origem, conceito, tipos de Constituição, Poder Constituinte e história das Constituições brasileiras. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, DF, ano 24, n. 93, jan./mar. 1997, Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181723/000426993.pdf?sequence=3>. Acesso em: 03 jan. 2016.

RIBEIRO, Antonio Sergio. **A Mulher e o Voto**. Disponível em: <http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=9207>. Acesso em: 04 nov. 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Os direitos humanos das mulheres: visto através de um olhar pluralista e interdisciplinar**. Dissertação (Doutor em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003, Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84908>. Acesso em: 01 jan. 2021.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**. Publicado em: 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MsXMqHwb9wm36rZ3DsrXVks/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, Wesley Ferreira da. Reprodução ou subversão da heterossexualidade? Uma articulação teórica entre Pierre Bourdieu e Judith Butler. **Revista Café com Sociologia**. V. 2, n. 3 (2013): ago./dez. 2013, p. 37-50. Disponível em: <file:///C:/Users/Sandra%20Jurado/Downloads/86-Texto%20do%20Artigo-625-1-10-20130929.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2021.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e Antropologia do Direito**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SOBREIRA, Janaína Porto. **Cidades com Rosto de Mulher: a trajetória do movimento de mulheres/feminista em Natal [1978 – 1989]**. Tese apresentada no Curso de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28427>. Acesso em: 07 set. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados. **Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 139.

VAZ, Gislene de Almeida. **A Participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia (Especialização em Processo Legislativo). Câmara dos Deputados Brasília, DF,

2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao/arquivos/publicacoes/banco-de-monografias/pl-2a-edicao/GislenedeAlmeidaVazMonografiacursoPL2ed..pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

VIEIRA, Helena. **O que é a era farmacopornográfica?** Minicurso virtual ministrado em 05 set. 22. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_9G6IpxS1M&t=6s. Acesso em: 06 set. 2022.

WALL, Karin; ABOIM, Sofia; CUNHA, Vanessa. **A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades**. Editorial do Ministério da Educação. Lisboa, Portugal, 2010.

Artigo recebido em: 26/02/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.